

// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

38



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Rui Rio

Economista

Em minha opinião, há dois aspetos da vida nacional que estão pior do que estavam há 50 anos. Uma é o funcionamento do sistema judicial, que naquilo que é a sua capacidade de servir o quotidiano dos cidadãos e das empresas responde hoje pior do que o fazia há meio século. A outra são as assimetrias regionais. Portugal está hoje mais assimétrico, ou seja, a diferença entre o Litoral e o Interior é hoje mais profunda.

Ao longo deste período – com grande mérito para o poder local democrático – fomos fazendo muitos investimentos e criando muitas rotinas que melhoraram a vida de todos os cidadãos. Mas, em paralelo, acentuou-se a concentração, particularmente em torno da capital. Quem vive em certas partes do Litoral sente menos o exagero, mas os nossos conterrâneos do Interior sentem de uma forma brutal as injustiças sociais decorrentes desta irracionalidade.

A macrocefalia urbana, que fomos construindo junto ao estuário do Tejo, leva a uma degradação objetiva da nossa qualidade de vida. A das gentes do Interior, porque vão perdendo massa crítica para se poderem

desenvolver. E a dos que têm de viver na capital do país, porque o excesso de concentração torna em muitas circunstâncias o dia a dia da maioria das pessoas um verdadeiro inferno. Esta lógica concentracionista arrasta também consigo diversos problemas, ao nível do urbanismo, da mobilidade, da segurança, ou das condições ambientais, para lá de consequências negativas ao nível da despesa pública e da própria produtividade. Não é por acaso que a excessiva macrocefalia urbana é muito mais frequente em países mais atrasados.

Quanto mais deixarmos esta lógica avançar, mais difícil será retroceder, devido ao efeito “bola de neve”. Por falta persistente de massa crítica, o desinvestimento no Interior aumenta, o emprego de qualidade vai desaparecendo, os habitantes vão envelhecendo e os serviços básicos começam a faltar, por força de um custo per capita elevadíssimo. Com esta causa-efeito, a partir de um dado patamar, o processo torna-se mesmo irreversível.

O próprio problema da habitação, que todos os partidos pretendem resolver, densificando cada vez mais a construção nova em Lisboa e Porto, é um exemplo claro de uma visão imediatista. Esse aumento de oferta, poderá aliviar os preços no curto prazo, mas vai provocar ainda mais procura a médio e longo prazo e, por consequência, agravar ainda mais a situação. Quanto mais densificarmos os dois grandes polos urbanos nacionais, mais obrigaremos as pessoas a terem de deslocar as suas vidas para lá; para onde há investimento.

A solução para este e para muitos outros problemas com que nos debatemos, passa pelo contrário. Passa por uma política devidamente estruturada de criação de emprego e de investimento no Interior do país, e numa deslocalização lenta, mas cadenciada, de serviços públicos para fora da capital. Passa por um aproveitamento justo e inteligente de todo o território nacional e não por “encaixotar” mais gente, onde ela já não cabe.

Durante muitos anos acreditei que os decisores políticos nacionais acabariam por perceber que estávamos no caminho errado e que, mais dia menos dia, iriam ser coerentes com o seu próprio discurso sobre a necessidade de se desenvolver o nosso Interior. Hoje, não tenho dúvidas de que tal nunca acontecerá por opção desse *centralismo*. Se nem a proposta que em tempos fiz na AR para deslocalizar os tribunais Constitucional e Supremo Administrativo para Coimbra conseguiu aprovação, como irão decidir outras bem mais substanciais e mais complexas? É por isso que entendo que este sério obstáculo ao nosso desenvolvimento só poderá ser ultrapassado se conseguirmos *descentralizar* as nossas decisões políticas, aproximando-as da realidade local.

Descentralizar e desconcentrar



Tentamos meter mais gente onde ela não cabe